

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Apresenta o relatório dos trabalhos realizados pela comissão de Saúde durante o ano de 2011.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se sobre a Educação, sobre o Plano de Carreira do Magistério, sobre os reajustes e sobre os valores aplicados pelo estado referentes à Educação.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a inauguração do Hospital Universitário da Furb.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se à reintegração de posse da Construtora Triunfo, na cidade de Abdon Batista, e à grave violação de direitos dos atingidos pela obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, queremos continuar apresentando, na tribuna desta Casa, o relatório dos trabalhos realizados pela nossa comissão de Saúde durante o ano de 2011. São dois volumes, mas estou extraíndo uma síntese desse relatório para poder apresentá-la aqui, com certeza, em várias oportunidades, já que há muito assunto e é impossível de tratar apenas em dez minutos de fala que temos na tribuna.

Esse relatório de atividades da comissão de Saúde do ano de 2011 contém um relato e um resumo das audiências públicas, porque muitos assuntos tratados nas audiências públicas realizadas nos mais diferentes lugares do nosso estado são problemas comuns que se repetem, enquanto outros são específicos.

Então, fizemos no relatório uma separação entre os problemas comuns e os problemas específicos. Por exemplo: quanto à falta de médicos pediatras, em todo o estado de Santa Catarina, do sul ao extremo oeste, do planalto serrano à região norte, passando pelo vale do Itajaí, há falta de médicos pediatras. Esse é um exemplo de um problema comum. Depois há os problemas específicos de cada região onde realizamos as audiências.

As nossas audiências foram realizadas em Criciúma para tratar sobre a necessidade de descentralizar a alta complexidade em pediatria, e já sempre aproveitando para levantar problemas da situação da saúde naquela região.

Em Florianópolis, discutimos como está a atenção básica nos municípios da Grande Florianópolis. Depois voltamos com outras

audiências para tratar especificamente sobre o Hospital Florianópolis.

Em Taió, foi discutida a situação do Hospital e Maternidade Dona Elizete.

Em Chapecó, tratamos da descentralização em alta complexidade em pediatria e a saúde da região oeste.

Em Lages, debatemos a necessidade de descentralizar a alta complexidade em pediatria e a saúde na região serrana.

Da mesma forma, em Rio do Sul tratamos da descentralização e alta complexidade em pediatria e a saúde da região da Amavi.

Em Florianópolis, discutimos a situação do Hospital Florianópolis.

Depois realizamos, aqui em Florianópolis, nesta Casa, uma audiência pública específica para tratar do programa estadual de incentivo às cirurgias eletivas. Também foram feitas audiências em Florianópolis para tratar dos relatórios trimestrais de gestão do SUS pela secretaria estadual da Saúde.

Realizamos uma audiência pública em Araranguá para tratar da situação do Hospital Regional de Araranguá. Da mesma forma, em Tijucas, para debater a situação da saúde dos hospitais do vale do Tijucas.

Foi feita outra audiência em Florianópolis, que tratou sobre o tabagismo: políticas de prevenção e controle, Consultas n.s 112 e 117 da Anvisa e políticas de diversificação de cultivo e renda para os fumicultores.

Outra audiência pública em Florianópolis tratou sobre os análogos de insulina pelo SUS e diabetes tipo 1. Ainda em Florianópolis tratamos também da gestão pública dos hospitais e as organizações sociais.

Em Joinville, a audiência pública tratou sobre a situação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Fizemos audiências em São Miguel d'Oeste, Ituporanga, Araranguá, Chapecó e Guaramirim. Quer dizer, foram realizadas diversas outras audiências.

Portanto, esse relatório que apresentamos à Casa retrata as audiências públicas realizadas em diversas regiões do estado de Santa Catarina pela comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, muitas vezes acompanhada também pelo Fórum dos Pequenos Hospitais, durante o ano de 2011.

(Passa a ler.)

"As audiências públicas tiveram por objetivo ouvir a população e debater sobre a situação da saúde em geral, destacando-se a realidade da saúde e a situação dos hospitais. Tratamos também de temas específicos, como a necessidade de descentralização de alta complexidade em pediatria - especialmente em neurocirurgia, cirurgia cardíaca, oncologia, ortopedia pediátrica para as várias regiões do estado.

Se a medicina para os adultos já está relativamente descentralizada, a medicina para as nossas crianças, a pediatria, nas suas diferentes especializações ainda está muito aquém das necessidades. Vou dar o exemplo de crianças portadoras de câncer, que têm que se deslocar das longínquas regiões do nosso estado para a capital, para fazer as sessões de quimioterapia ou radioterapia, e depois voltam em condições muitas vezes precárias, com vários efeitos colaterais.

Portanto, isso demonstra que dentro da humanização do sistema de saúde precisamos descentralizar a alta complexidade em pediatria.

As audiências contaram com a grande participação da população em geral, da secretaria estadual da Saúde, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, prefeitos, vereadores, secretários municipais de Saúde, dirigentes hospitalares, membros dos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, sindicatos, igrejas e Organizações Não Governamentais.

Neste relatório destacamos pontos em comum abordados na maioria das audiências, bem como um resumo de cada audiência. Relacionamos na íntegra as atas de todas as audiências públicas.

Este relatório será apresentado ao governador Raimundo Colombo, ao secretário de estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, ao presidente da

Assembleia Legislativa, ao Ministério Público Federal e Estadual, ao Tribunal de Contas do Estado, à imprensa e ficará à disposição na comissão de Saúde para os participantes das audiências públicas e população em geral. Todos poderão acessar esse relatório, que será disponibilizado no *site* oficial da nossa Casa, da Assembleia Legislativa, bem como em outros *sites* como na comissão de Saúde desta Casa.”

Portanto, vamos apresentar tudo em uma sequência porque acho que é importante tornarmos o mais público possível as informações que constam deste relatório com o único objetivo de colaborar, contribuir, ajudar na solução dos problemas da Saúde do nosso estado.

Existe um princípio na medicina que preceitua que se for feito o diagnóstico correto, saberemos como orientarmo-nos para o tratamento e quais os remédios aplicar, levando em consideração os sinais e sintomas decorrentes da doença. Aqui se aplica o mesmo princípio. Em qualquer setor da administração pública em que tenhamos problemas precisamos, em primeiro lugar, identificar os problemas, fazer o diagnóstico e, a partir daí, encaminhar o tratamento, as propostas, as soluções, as alternativas, caso contrário, ficaremos atirando a esmo, para todos os lados, mas, uma vez identificados os problemas, vamos agrupá-los, ordená-los e debruçarmo-nos sobre eles.

Acredito que esta Casa, a nossa comissão de Saúde, deu demonstrações ao governo do estado que acima dos interesses partidários, acima das divergências ou das diferenças que possamos ter aqui neste mosaico de partidos políticos, nesta pluralidade partidária que representa o povo de Santa Catarina, há interesses maiores, e em se tratando de saúde os interesses maiores do povo catarinense deverão ser preservados para que possamos nos atentar aos problemas e resolvê-los e não apenas fazer a denúncia pela denúncia. Isso não tem sentido. O povo não pode mais esperar.

Eu quero, então, numa sequência de vários momentos, apresentar dados deste relatório

entrando nos principais pontos levantados para que possamos, a partir da comissão de Saúde desta Casa, em conjunto com os srs. deputados, fazer os encaminhamentos necessários para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, não poderíamos deixar de usar esta tribuna neste dia para voltar a falar sobre um assunto que foi extremamente debatido no ano passado e que este ano volta à tona com os debates sobre a Educação, sobre o Plano de Carreira do Magistério, sobre os reajustes e sobre os valores aplicados pelo estado referentes à Educação.

Antes de falar, especificamente, sobre a proposta da discussão de implantação do piso para os professores da rede estadual, gostaria de relembrar a necessidade de debatermos o aumento dos recursos destinados à Educação em Santa Catarina.

Propus, ainda no ano passado, uma emenda constitucional com uma nova forma de financiamento da Educação no estado, inclusive alterando os índices mínimos estabelecidos na Constituição do estado para aplicação no desenvolvimento da Educação.

Esta emenda constitucional é, sem dúvida, uma alternativa, não apenas para cumprir a questão da lei do piso, mas para que, efetivamente, possamos ter mais recursos para a Educação no estado.

A cada ano vai haver o mesmo debate, caso não tomemos essa posição firme de aprovar essa emenda constitucional. Ao propormos a elevação dos gastos com a Educação, de 25% para 30%, estamos também propondo que o governo do estado, efetivamente, assumira a Educação como uma prioridade absoluta, além do que temos outras questões pendentes. O governo continua incluindo pagamento de servidores

inativos no cálculo dos 25%, e nós já temos dito, reiteradas vezes, que esse procedimento é ilegal.

O Tribunal de Contas também assim entende e apresentamos uma emenda constitucional, que tramita nesta Casa, proibindo essa prática. Ou seja, os inativos devem ser pagos, são ligados à Educação, sim, mas o valor gasto com esse pagamento tem que ser pago além dos 25% e não devem ser incluídos nos 25% da Educação.

Então, esta é uma questão fundamental. E a segunda questão fundamental é sobre a proposta da emenda constitucional. Nós não podemos mais nos limitar a ver o estado aplicando apenas 25% das suas receitas tributárias na Educação.

Quero lembrar que esse é um debate que também ocorre no Congresso Nacional. Está em debate o Plano Nacional da Educação, em que se prevê a aplicação de um percentual do PIB na Educação. Há propostas que estão variando entre 7% a 10% do PIB, para aplicação no desenvolvimento da educação brasileira.

Creio que os governantes terão que tomar uma decisão fundamental, isso se, efetivamente, a Educação for prioridade e não apenas estiver dentro daquilo que determinam os atuais marcos regulatórios na aplicação de percentuais mínimos para o cumprimento das disposições legais.

Vejam o caso do piso nacional de salários, fixado no valor de R\$ 1.451,00. O estado alega impacto financeiro na folha. Sim, haverá, obviamente, não se reajusta salário sem impacto financeiro da folha, mas se adotado o percentual de 30% para a Educação, esse impacto será pequeno e absorvido por este percentual, restando, inclusive, uma boa parcela de recursos para outros investimentos importantes que devem ser feitos na área da Educação, para além do pagamento dos salários do Magistério.

Vejo o caso agora do governo propondo a aplicação do piso, novamente, de forma achatada, o que já aconteceu no ano passado quando o governo até cumpriu a lei de pagar o piso mínimo, mas provocou um brutal achatamento da tabela salarial

criando um amplo descontentamento no Magistério catarinense.

E essa proposta que está sendo apresentada novamente vem ao encontro dessa linha que tem sido adotada, ou seja, de achatamento dos salários. Cumpre-se o piso sob o ponto de vista do valor mínimo, mas não se cumpre a lei no que diz respeito à aplicação para toda a carreira, senão não haveria sentido apenas ter um piso que não contemplasse a evolução nas diversas carreiras.

Quero, inclusive, enaltecer publicamente a posição do atual ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que está tendo a coragem de fazer o debate sobre a aplicação do piso. Ele está dizendo claramente que dá impacto, sim, mas é necessário ser aplicado. Irei reproduzir aqui as palavras do ministro:

(Passa a ler.)

"É evidente que é um reajuste forte, mas é um reajuste dado [...] Nós podemos pensar novos mecanismos de reajuste, mas tem que ser um reajuste que assegure o crescimento real do piso." [sic]

Esta é a afirmação do ministro Mercadante. Portanto ele próprio tem feito essa defesa de que não se trata apenas da correção dos salários, como foi dito durante todo o ano passado, mas propor um novo financiamento e este, necessariamente, no nosso entendimento, passa pelo aumento do índice de aplicação dos recursos do estado na Educação. Esta é, inclusive, uma bandeira que, no meu entendimento, deveria ser encampada por todo o Magistério catarinense. Caso contrário, a cada ano, será negociada apenas a migalha do reajuste e não, efetivamente, os valores aplicados na Educação.

Temos que pensar na Educação para além dessa negociação momentânea, temos que pensar para além da discussão do reajuste imediato do piso, que é necessário, fundamental e precisa ser feito, mas temos que pensar como uma questão estrutural do estado, precisamos saber se isso é ou não prioridade, e os municípios também precisam pronunciar-se. E não acredito que seja prioridade

nos municípios onde se aplicam os rasos 25%. Não se faz mais hoje Educação de qualidade aplicando somente esses índices. Isso se fazia em outras épocas, não agora diante das novas realidades.

Por isso, sr. presidente, srs. deputados, nesse dia em que me solidarizo, mais uma vez, com os professores nessa sua luta pela aplicação do piso na carreira, chamo a atenção e alerta de que essa questão, efetivamente, somente será resolvida quando nós alterarmos os percentuais de aplicação na Educação. Se o governo tiver coragem de bancar esse reajuste e se esta Casa se dispuser a votar a emenda constitucional que aqui tramita e que eleva esses recursos de 25% para 30%...

Portanto, manifesto minha solidariedade ao Magistério catarinense e a nossa disposição de contribuir com essa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, queria inicialmente cumprimentar o reitor da Furb, João Natel, em seu nome saudar todo o corpo docente e discente, enfim, toda a comunidade da Fundação Universitária de Blumenau, pioneira em Santa Catarina. Na segunda-feira o governador Raimundo Colombo esteve naquela universidade, acompanhado dos deputados da região e de diversas lideranças políticas.

Estivemos lá inaugurando o Hospital Universitário da Furb. Um sonho! Lá foi colocada a pedra fundamental há mais de 12, 13 anos. Aliás, o primeiro recurso foi liberado para iniciar a construção inicialmente de um ambulatório, agora, uma parte do hospital vai atender às urgências e emergências em toda a cidade de Blumenau, no seu entorno, principalmente às inúmeras ocorrências na BR-470, pois o acesso daquela BR até o centro de Blumenau, onde se localizam os hospitais Santa Isabel, Santo Antônio, Santa Catarina e que,

juntamente, com o quarto hospital de Blumenau, em Itoupava, é muito precário.

O Hospital Universitário vai ser de fácil acesso, está praticamente a 150 ou 200 metros da BR-470 e vai facilitar muito o socorro aos acidentados eventuais daquela BR, bem como os acidentes que ocorrem com as pessoas que se deslocam de Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode e Massaranduba.

Além disso, sendo um hospital da universidade, vai cumprir pelo menos duas grandes funções, a primeira, como é o Hospital Universitário, vai transferir para seus alunos, para os acadêmicos, a habilidade e o comportamento do médico. Quer dizer, o aluno vai absorver os bons vícios, as virtudes de seus professores, que serão transmitidas durante os seis anos da faculdade, durante a residência, e não apenas na área da medicina, mas da enfermagem, assistência social, enfim, em todas as áreas que envolvem a área da Saúde. E sendo um hospital próprio, sendo da própria universidade, deverá fazer bem melhor do que faz agora, pois a Furb é uma grande universidade.

Eu mesmo tenho uma filha que faz faculdade de medicina na Furb. E muita gente de Brusque, da nossa região, enfim, frequentam os diversos cursos que a Furb oferece. E na área da Saúde os alunos se exercitam no Hospital Santo Antônio, principalmente no Hospital Santa Isabel, que tem prestado um extraordinário serviço. Mas, de qualquer maneira, dependem de um conjunto de normas por não se tratar de um Hospital Universitário, que cumpre, em primeiro lugar, o papel justamente de um hospital-escola, um hospital que vai ensinar 30, 40, 50 alunos todos os anos.

Imaginem quantos médicos, enfermeiras, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, quantos profissionais saem da faculdade todos os anos e entram no mercado de trabalho para prestar seus serviços. Essa transferência de conhecimento tem que ser boa! Por isso, naturalmente, passa a ser um hospital mais

caro do que um hospital comum. Num hospital escola o paciente é atendido com toda dignidade, com toda ética, como é atendido em qualquer outro hospital ou, quem sabe, ainda melhor, porque o professor, o médico que está ao lado do enfermo acompanhado dos alunos, terá que fazer o melhor por aquele paciente, a fim de que o acadêmico aprenda a fazer o seu trabalho ainda melhor.

Naturalmente é um hospital que precisa de muitos investimentos, porque há um custeio muito maior do que um hospital comunitário, particular, mesmo um hospital público, como temos aqui em Florianópolis o Celso Ramos, o Hospital Regional, que são hospitais públicos, mas que também servem como hospitais escolas para a formação de médicos residentes, mas quando é um hospital universitário é muito melhor.

Gostaria de saudar o dr. João Natel, que concretizará esse sonho, pois daqui a um mês agora começará a funcionar essa reivindicação que iniciou há mais de doze ou treze anos, que tive orgulho, na época como deputado federal, de destinar uma verba que deu condições para dar início às obras que agora se concretizam.

Seguramente esse hospital vai atender agora a essa necessidade, como disse, com muita dignidade, sendo escola, e ajudará a diminuir uma demanda reprimida muito grande existente em toda região, como há na grande maioria dos municípios de Santa Catarina.

Por mais esforço que faça o nosso secretário, dr. Dalmo Claro de Oliveira, que tem grande experiência como médico, como administrador que foi da Unimed, pois praticamente criou, fundou a Unimed de Santa Catarina, do Brasil... Ele foi inclusive presidente da Federação Nacional das Unimed e presidente da Federação Catarinense da Unimed. Tudo isso deu a ele uma grande experiência, uma grande prática. Mesmo com todo esse conhecimento, fazer com que o SUS de fato atenda a toda demanda é algo muito difícil.

Nas análises dos índices que foram feitos no Brasil, Santa Catarina apareceu com um dos melhores índices. Naturalmente essa avaliação

repercute muito o trabalho que vinha sendo feito pelo nosso líder aqui, deputado Dado Chereim, que durante seis ou sete anos foi secretário da Saúde e que agora sob a coordenação do dr. Dalmo Claro de Oliveira seguramente está dando continuidade àqueles projetos todos que haviam sido iniciados, que quer naturalmente ampliar, melhorar a cada dia.

A área da saúde é mais ou menos como o serviço de casa, o serviço da mãe: quando é bem feito, não se vê nada, apenas a casa limpa; o marido chega em casa, está tudo certo, ninguém reclama, os filhos estão todos felizes, mas quando a mãe não está em casa ou se ausenta por alguns momentos, já se percebe a diferença, a desorganização, sente-se a falta. E a saúde é justamente um setor assim, ou seja, quando o trabalho não é feito, quando acontece algum deslize, aí aparece nos jornais, no noticiário estadual, nacional, mas nunca se fala nos milhares de bons atendimentos realizados.

Então, tenho certeza de que esse hospital universitário será de grande ajuda. E a secretaria estadual auxiliará muito o governo do estado a atender a essa demanda reprimida que existe em todo o estado, mas principalmente no vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, pedi a palavra, pela ordem, só para registrar com alegria a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Grassi, de São Miguel D'Oeste, e do Jaime Duarte, migueloestinos que estão tratando de assuntos referentes ao nosso município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane

Carminatti, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, em primeiro lugar quero comemorar a decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal, que determina seis meses para o estado de Santa Catarina implantar a Defensoria Pública em nosso estado.

Este projeto tem sido muito debatido, tramitou nesta Casa ao longo dos últimos anos e revela a necessidade de que Santa Catarina se enquadre nos preceitos constitucionais, que é a garantia da defensoria, sobretudo, àquelas pessoas, às mulheres, aos mais pobres, que mais precisam de apoio, de proteção, de orientação e do direito à Justiça.

Portanto, quero comemorar essa decisão unânime e brilhante da nossa Corte maior. Agora, a tarefa está conosco. Temos que internamente agilizar para que possamos, deputada Angela Albino, ter a Defensoria Pública funcionando plenamente em Santa Catarina, conforme prazo estabelecido.

Quero também destacar que ontem estivemos participando, deputado Sargento Amauri Soares, das negociações que envolviam a reintegração de posse da Construtora Triunfo, na cidade de Abdon Batista, em função da ocupação do canteiro de obras pelas famílias atingidas pela obra.

Quero apenas dizer que às vezes temos a impressão de que faltam policiais em Santa Catarina, porque nessas horas, deputado, os policiais brotam das pedras. Eles estavam em inúmeras e inúmeras viaturas. O coronel Paulo César teve uma condução adequada, no meu entendimento, de diálogo e de busca da não violência, mas, sim, da garantia dos direitos de ambos. E o Movimento dos Atingidos pela Barragem recuou no primeiro momento, no sentido de garantir as negociações; portanto, conseguimos ampliar uma reunião que aconteceria no dia 29 com o promotor e a empresa para o dia 23. Houve bom senso por parte de todos.

Quero destacar, em primeiro lugar, a situação grave de violação de direitos dos atingidos por essa obra. E por que isso? Porque às vezes temos um olhar preconceituoso, autoritário, de questionar ocupações. Pois bem, essa ocupação é o limite da negociação. O limite de milhares ou centenas de famílias que estão na sua propriedade, constituíram família, têm vínculos com aquela terra, mas chega a obra de uma empresa que quer gerar energia, desrespeitando violentamente os direitos dos que lá residem. E por que digo que muitas vezes há preconceito? Porque se alguém entrar na nossa propriedade, questionar e dizer que não somos mais o dono dela ou que vai oferecer por ela o que bem entender, ou diga para que saíamos da nossa terra, o que nós, cidadãos comuns, faremos? Obviamente que vamos questionar essa violência.

Então, essas famílias estão no direito elementar de garantir o direito à sobrevivência, o direito à moradia, o direito aos seus de terem um teto, de poder produzir e ser respeitado por isso. Portanto, precisamos ter claro que é possível, neste país, gerar energia, mas é possível também respeitar o direito de quem ali reside e o direito elementar do diálogo, o que muitas vezes não percebemos. A força do estado está contra aqueles que mais precisam e que são mais vulneráveis.

Então, fiz questão de estar naquele momento lá, porque às 10h a Polícia Militar estava prestes a fazer a reintegração de posse. E aí sabemos que nessas horas a violência acaba abalando crianças, mulheres e idosos, enfim, atinge a todos. Mas eles não desistiram da luta, embora no cumprimento e no recuo dessa decisão tenham se afastado do local onde estavam, mas continuaram mobilizados para que até na semana que vem se resolva o seu reassentamento e se garanta o mínimo de dignidade.

Então, quero deixar aqui também minha mensagem de apoio ao movimento dos atingidos pela barragem, porque não podemos ter dúvida de que quem mais precisa do estado está muitas vezes à margem do estado democrático de direito. Então, precisamos dessa garantia. Por isso, não estive ontem na

sessão para poder fazer esse processo de também ajudar nessas negociações.

Mas não poderia deixar de falar do evento que acontece hoje na assembleia estadual dos trabalhadores em Educação. Quero, de antemão, dizer que estarei nesta assembleia me solidarizando como colega professora com a luta do Magistério. E às vezes tenho a impressão de que o governo não aprendeu a lição, que foram 62 dias de greve no ano passado. Por que digo isso, deputado Neodi Saretta? Porque a proposta apresentada é uma vergonha para os trabalhadores em Educação.

Não estamos falando de um piso de salário estratosférico. Estamos falando de 1.51%, na carreira do professor. A proposta apresentada achata a carreira do Magistério. O que isso quer dizer exatamente? Um profissional que entra com o Magistério tem 15 anos de carreira como graduado. Então, entra no Magistério, conclui a licenciatura plena ou a licenciatura curta e praticamente ganha o mesmo piso que os colegas que são ACTs ou início de carreira.

Portanto, o governo tem que levar mais a sério essa categoria, porque no ano passado foi muito dolorido para todas as famílias catarinenses os 62 dias de greve. A fala do ano passado é que não dava para conceder nada, porque quebrava o Orçamento do estado. E neste ano a mesma fala se repete.

Então, não acreditamos mais que não seja possível atender à reivindicação dos educadores. Mas quero dizer por que é possível atendermos à reivindicação dos educadores. Em primeiro lugar, porque o repasse da União a Santa Catarina tem aumentado nos últimos anos. No ano de 2010 tivemos R\$ 1,8 bilhão ao Fundeb. Em 2011, R\$ 2 bilhões, e em 2012 a previsão é de R\$ 2,2 bilhões. Esse dinheiro pode ir 100% para o pagamento do salário dos professores.

O governo tem dito que está preocupado porque já está atingindo 80%. Mas é importante dizer a todos os catarinenses e aos educadores que a lei é muito clara. São, no mínimo, 60% desse recurso.

Mas nada impede que 100% desse dinheiro sejam aplicados na remuneração dos nossos educadores.

Da mesma forma isso aconteceu nos últimos três anos, 2009, 2010, 2011, pois as informações que chegam inclusive devem ser confirmadas pelo Tribunal de Contas do Estado, através do parecer das contas do ano passado com relação aos 25% da educação - é que mais uma vez não se aplicou os 25% da educação em Santa Catarina.

Então, ao mesmo tempo em que queremos 30%, como o deputado Neodi Saretta falou, nós queremos 30%, sim, mas queremos também que no mínimo os 25% da educação possam efetivamente ir para a educação.

Portanto, quero dizer ao governo algo que está na hora de enxergar, o óbvio. Nós estamos percebendo em todo o estado, e sou testemunha porque participei de várias assembleias, nesta semana, que os educadores estão com o sentimento mobilizado para não aceitar achatamento da carreira e não aceitar o piso de 1.451. Queremos o cumprimento da lei do piso, conforme o nosso ministro da Educação informou. E cumprimento da lei, é preciso que se entenda, tem duas questões: é piso, mas é adequação à carreira.

Por último, a lei também garante no art. 5º, então, que caso o estado não possa pagar, que comprove mediante planilha e peça complementação da União.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 18ª sessão ordinária, de 20 de março de 2012:

Discussão e votação em turno único das mensagens de veto n.s: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012 e 0477/2012; e

discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0098/2012.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para o dia 19, em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2012, que tem o seguinte tema: Fraternidade e Saúde Pública.

Está encerrada a sessão.